

Janete Ismael completa três anos de gestão a frente do Ministério Público da Paraíba

Investimento em recursos humanos com a posse de novos Promotores de Justiça e servidores concursados; informatização e reestrutura física das Promotorias de Justiça; e o desenvolvimento de diversas campanhas de conscientização do cidadão. Estas foram algumas das ações que marcaram o terceiro ano de gestão da Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael, na chefia do Ministério Público da Paraíba, completados neste dia 27 de agosto.

O Ministério Público da Paraíba deu início ao processo de digitalização de todas as fichas de membros e servidores da instituição para informatizar todos os dados cadastrais. Realizou um censo para formar um perfil atualizado de seus servidores e deu posse a 95 novos servidores, aprovados no último concurso público.

Para preencher parte das vagas de Promotores, abertas nas diversas Promotorias do Sertão, a Procuradora-Geral de Justiça empossou 16 Promotores de Justiça Substituto aprovados no último concurso, faltando apenas dois que pediram prorrogação do prazo de posse. Os novos membros foram designados para as cidades de Malta, Teixeira, Coremas, Prata, Santana dos Garrotes, São Bento, Brejo do Cruz, Uiraúna, São José de Piranhas e Bonito de Santa Fé, localizadas no Sertão da Paraíba.

Construindo e expandido Promotorias

Dentro das realizações de um ano do segundo mandato da “Gestão Participativa”, da administração da Procuradora-Geral de Justiça, Janete Maria Ismael, foram construídas e inauguradas novas sedes de Promotorias nas Comarcas do Estado. No início do ano foi inaugurada a Promotoria de Bayeux e, na próxima sexta-feira (29), a partir das 9h00, será a vez da Promotoria de Justiça da cidade de Santa Rita. No Município de Cajazeiras, a nova sede da Promotoria está com a inauguração prevista para o dia 12 de setembro.

Para Janete Ismael, dar mais funcionalidade às sedes e conforto a quem delas precisa, proporcionando boas condições de atendimento ao público tem sido uma preocupação constante de sua administração.

Além das novas Promotorias, a Procuradora-Geral conseguiu ainda doações de terrenos, por parte das Prefeituras para expansão e construção de mais novas sedes. A exemplo da cidade de Patos, onde foi celebrado um contrato, entre o MP e a Prefeitura Municipal, de cessão de uso de bem público, onde foi cedido o uso do

imóvel, onde funcionava a Câmara Municipal da cidade, para expansão do prédio da Promotoria de Patos.

Já as cidades de Alagoa Grande e Pedras de Fogo terão suas sedes construídas em terrenos doados ao MP pelas Prefeituras. Em Ingá as obras estão em fase de início. Em Mangabeira (João Pessoa) existe um terreno doado pela Cehap.

Construção anexo

Também já foram iniciadas as obras de construção do prédio anexo da sede central da Procuradoria-Geral de Justiça, na Capital. O prédio, que ocupará uma área de 2.300 metros quadrados, está previsto para ser entregue dentro de 10 meses.

A construção só foi possível devido a um convênio firmado entre o MPPB e a Secretaria de Planejamento do Estado e a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado – Suplan.

“Precisamos deste complemento da sede atual do Ministério Público em João Pessoa, pois, além de estarmos funcionando precariamente, é um anseio antigo, a construção do anexo da Capital”, destacou Janete Ismael.

Aquisição do caminhão-baú agiliza entrega de material de expediente no interior

O Ministério Público da Paraíba, visando agilizar a entrega de material de expediente no interior do Estado, adquiriu um caminhão-baú, que tem percorrido as Promotorias de Justiça entregando, não só material de expediente, motos, móveis, como também, modernos equipamentos de informática. Praticamente todas as Promotorias de Justiça já foram beneficiadas.

Segundo a chefe do Ministério Público Estadual, a modernização do MP é fato concreto e vem sendo realizado de forma que compreenda a plena informatização do órgão, a implementação do banco de dados, a modernização do setor de Recursos Humanos, enfim todos os atos capazes de empreender ao Parquet celeridade e dinamismo, afirmou.

Antes da aquisição do caminhão-baú a entrega de material às promotorias dependia de locação ou empréstimo de veículos transportadores de outros órgãos. Além da entrega sequencial feita com o caminhão-baú, os Promotores de Justiça também podem requisitar material de expediente pela internet através de formulário disponibilizado no site da Procuradoria Geral de Justiça.

Renovação da frota de veículos

Noventa por cento da frota de veículos do Ministério Público da Paraíba estão renovadas. A instituição adquiriu mais 20 novas motocicletas que foram emplacadas e encaminhadas às Promotorias de Justiça, no interior do Estado.

De acordo com o chefe do Setor de Transportes, Dilson Pessoa Filho, o Ministério Público realizou um leilão com os carros antigos e, aos poucos, vem

comprando novos veículos, para melhor atender a demanda de serviços da instituição.

Há pouco mais de um ano, o Ministério Público comprou sete veículos novos para atender a sede da Procuradoria Geral de Justiça.

Projetos são desenvolvidos para orientar os cidadãos

Vários projetos foram desenvolvidos pelo Ministério Público da Paraíba de agosto de 2007 a agosto de 2008. Ano eleitoral e o Ministério Público da Paraíba já partiu na frente com a criação do CEMA, projeto que teve como proposta desenvolver ações em defesa da Cidadania, da Ética e da Moralidade Administrativa no âmbito da administração pública.

Através do CEMA, membros do Ministério Público juntamente com o Procurador Regional Eleitoral José Guilherme Ferraz realizou audiências públicas com Prefeitos, Presidentes das Câmaras e Vereadores de diversos Municípios das Regiões do Brejo, Sertão, Cariri e Litoral paraibano. Durante as audiências, os administradores públicos receberam orientações sobre como administrar, principalmente no período de eleições, evitando a prática de desvio de finalidade nas suas ações administrativas.

A Procuradora-Geral de Justiça recomendou ao eleitor paraibano que antes de votar faça uma verificação do comportamento do candidato que ele escolheu e procure se inteirar, com muito cuidado, das ações, da índole e do histórico para fazer a escolha de modo consciente.

Bullying

Mais de 800 pessoas entre promotores de Justiça, servidores do Ministério Público, profissionais da educação, psicólogos, assistentes sociais, pais e alunos das escolas estaduais, municipais e privadas da Capital discutiram durante dois dias em João Pessoa um tema que tem despertado o interesse da sociedade: o Bullying Escolar.

O I Seminário Paraibano Sobre Bullying Escolar e Incentivo à Cultura de Paz foi promovido pelo Ministério Público Estadual e trouxe para João Pessoa os maiores especialistas no assunto, a exemplo do professor e psicólogo José Augusto Pedra, a estudante gaúcha Daniele Vuoto, que foi vítima bullying, o criminologista e Promotor de Justiça Lélvio Braga Calhau, o Procurador da República, Guilherme Schelb, estudioso do bullying e autor do livro “Violência e Criminologia Infanto-Juvenil” e a pedagoga Cléo Fante.

Exploração sexual de menores

O Ministério Público do Estado da Paraíba lançou o Projeto Menina Abusada, com a proposta de difundir o combate à exploração sexual de crianças e de adolescentes.

A idealizadora dessa campanha de combate à exploração sexual infanto-juvenil foi a promotora de Justiça Fabiana Lobo, Curadora da Infância e Juventude de Sapé, que fez a adaptação do projeto do Conselho Regional de Medicina de

Pernambuco. Segundo ela, o Menina Abusada procura estimular a população a denunciar, através do “Disque-100” ou pela comunicação direta aos Conselhos Tutelares e às Curadorias da Infância e Juventude, os casos de abusos e de exploração sexual de crianças e adolescentes através do “teatro de rua”.

Fim das sacolas plásticas

Uma campanha para trocar as sacolas plástica por mochilas de pano nas panificadoras foi lançada pelo Ministério Público junto a clientes da Panificadora Bonfim.

O coordenador do 1º CAOP, Promotor de Justiça Hamilton Neves, disse que o Ministério Público, juntamente com o Sindicato dos Panificadores, espera que outras padarias adiram à campanha seguindo o exemplo da panificadora que deu início ao projeto piloto. “O importante é que o consumidor se reedueque e a partir de agora, ao longo dos próximos meses, ele sinta a necessidade de assumir, acolher e adotar a sacola retornável ou permanente”, enfatizou.

O que você tem a ver com a corrupção?

Em junho deste ano, o Ministério Público lançou a Campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”. Os alunos das Redes Pública e Privada de Ensino são o público alvo da campanha e pretende prevenir a ocorrência de novos atos de corrupção, a partir da educação de crianças e adolescentes.

As televisões e rádios da Capital estão veiculando os vídeos e vinhetas da campanha e dez por cento da frota de ônibus coletivos do município já circula com os adesivos da campanha, o chamado “busdoor”. E a campanha vem sendo lançada no interior do Estado, com grande aceitação da população.

Votar pra valer

A Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com a Procuradoria Regional Eleitoral, e com o apoio da Faculdade Maurício de Nassau está promovendo a divulgação da Campanha “Votar pra Valer”, com o objetivo de conscientizar o eleitor sobre a importância e o poder do voto. O Ministério Público Estadual firmou parceria com a Faculdade Maurício de Nassau – Unidade João Pessoa, que confeccionou os cartazes, banners e adesivos com a logomarca da campanha.

Segundo informou Tiago Rocha, Assistente de Marketing da Faculdade, esta é segunda vez que a Maurício de Nassau apóia eventos promovidos pelo MPPB. “Já tivemos uma parceria com o Ministério Público, através da Promotoria da Infância e Juventude. Agora surgiu uma nova oportunidade dessa parceria com a Procuradora-Geral, Janete Ismael. A Maurício de Nassau acredita bastante nesse tipo de relacionamento com alguns órgãos de responsabilidade e de consciência. Vivemos em busca desse tipo de parceria que gere bons resultados, bons frutos e faça bem a população como um todo”, afirmou.

A campanha é composta de vinhetas que estão sendo veiculadas nas TV’s e rádios, nos municípios paraibanos, além de cartazes, folders e banners. Os Promotores de Justiça que estão atuando nas eleições municipais deste ano receberam kits contendo o material de divulgação da campanha.

De acordo com o coordenador da Campanha “Votar pra Valer”, Promotor de Justiça Hamilton Neves, a proposta do MPPB e da Procuradoria Eleitoral é levar os eleitores a refletirem se o candidato a prefeito ou a vereador merece mesmo o voto. Para isso, foram elaboradas nove vinhetas que estão sendo reproduzidas nas rádios existentes na Paraíba, orientando ao eleitor sobre o que é corrupção, quando a corrupção é cometida pelo candidato e quando é cometida pelo próprio eleitor e como denunciar quando o candidato estiver utilizando a máquina pública.

“Nós pretendemos atingir os 223 municípios paraibanos, para que os eleitores reflitam pelos próximos três meses quem são realmente merecedores de seu voto, antes de chegar a cabina e digitar o voto para prefeitos e vereadores de seus respectivos municípios”, afirmou Hamilton Neves, acrescentando que os MPs querem fazer de cada eleitor um fiscal. “Estamos convidando os cidadãos para denunciarem práticas eleitorais irregulares, como compra de voto, uso de dinheiro público em prol de candidato ou qualquer outra prática que fira a Lei Eleitoral”.

A Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael afirmou que vai enviar aos promotores de Justiça de todo o Estado informações sobre despesas das prefeituras nos anos anteriores, como consumo de combustível, por exemplo. “Na verdade vamos enviar vários itens relativos a despesas nos municípios. Se os gastos deste ano estiverem acima dos anos anteriores, algo está errado e o Promotor de Justiça vai agir”, afirmou.

Lançamento

A campanha de conscientização do voto foi lançada nacionalmente, no início de junho, durante a reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJG), que aconteceu no Estado de Goiás. Pelo Ministério Público da Paraíba foi apresentada no início do mês de julho, durante uma reunião com os Promotores Eleitorais ocorrida no Tribunal Regional Eleitoral.

Promotores têm disponibilizados dados da rede nacional de informações no combate ao crime

Os Promotores de Justiça do Ministério Público da Paraíba já contam com o funcionamento da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização – Infoseg. O sistema possui um banco de dados situado em Brasília de onde convergem informações, na área criminal, de todos os órgãos de segurança do País.

Para a implantação da Infoseg no Ministério Público, foram realizadas reuniões setoriais envolvendo as cidades de Sousa, Patos, Guarabira e João Pessoa, onde todos os Promotores receberam explicações de todo o funcionamento da rede, bem como, receberam material informativo.

A Rede Infoseg, que é dirigida pela Senasp – Secretaria Nacional de Segurança Pública, interliga informações de diversos órgãos federais e estaduais,

disponibilizando-as nacionalmente para consulta, com facilidade e rapidez em computadores de mesa, viaturas, rádios e até celulares.

MPPB promove palestras interativas com membros do Conselho Nacional

Os membros do Conselho Nacional do Ministério Público Cláudio Barros Silva e Osmar Machado estiveram em João Pessoa, em março deste ano, para participar do Ciclo de Palestras Interativas sobre o CNMP. Eles vieram a convite do Ministério Público da Paraíba, em parceria com o Centro de Aperfeiçoamento Funcional – Ceaf - e da Fundação Escola Superior do MP – Fesmip.

O Ciclo de Palestras Interativas aconteceu no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, com a participação dos membros do MPPB. Dentre os temas debatidos, foram abordadas a exigência do Conselho Nacional do Ministério Público para que os Promotores de Justiça residam em suas Comarcas e a Atuação da Corregedoria Nacional do Ministério Público no Controle Disciplinar.

Fim do Cartel 274

O Ministério Público da Paraíba, através da Procuradoria-Geral de Justiça firmou convênio de Cooperação entre a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e a Polícia Federal para combater a cartelização no setor de combustíveis. A assinatura do convênio foi realizada durante entrevista coletiva concedida pela Procuradora-Geral de Justiça, Janete Ismael, a Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Mariana Tavares e o Superintendente da Polícia Federal, Cláudio Gomes.

À época, a Procuradora-Geral apresentou a denúncia, feita pelo Ministério Público, contra doze pessoas, resultado da Operação 274, que investigou a cartelização do preço dos combustíveis de João Pessoa.

Ela ressaltou a importância da cooperação do Ministério da Justiça, bem como, da Polícia Federal a partir da assinatura do convênio para a realização de novas operações de combate ou defesa da ordem econômico do Estado, e conseqüentemente do país.

Chefe do MPPB é eleita vice-presidente do CNPG pela Região Nordeste

A Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público da Paraíba, Janete Maria Ismael foi conduzida à vice-presidência do Conselho Nacional de

Procuradores-Gerais de Justiça representando a Região Nordeste (CNPJ). A eleição aconteceu durante assembléia ordinária do conselho em Brasília-DF.

Janete Ismael está ocupando este cargo pela segunda vez. Ela foi escolhida por unanimidade pelos Procuradores-Gerais de Justiça de todos os Estados do Nordeste. “Para mim é um honra representar o Nordeste mais uma vez e espero atender essa expectativa que os colegas depositaram em mim”, disse.

O CNPJ é uma associação nacional que integra todos os Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União. O objetivo dele é defender os princípios, prerrogativas e funções institucionais do Ministério Público. Periodicamente o CNPJ avalia a atuação do MP.

Janete Ismael envia dois projetos de lei para a Assembléia

A Chefe do Ministério Público Estadual, Janete Ismael, enviou, nesta terça-feira (26 de agosto) dois Projetos de Lei para a Assembléia Legislativa. Os projetos tratam da criação de cargos de carreira do MPPB, criação de cargos no quadro de servidores auxiliares da instituição e alteram o vencimento básico dos servidores.

De acordo com o texto do Projeto de Lei Ordinária nº 01/2008, caso ele venha a ser aprovado, serão criados no quadro do Ministério Público um cargo de Promotor de Justiça, símbolo MP-2, na comarca de Queimadas, e sete cargos de Promotor de Justiça, símbolo MP-1 nas comarcas de Jericó, Igaracy, Cubati, Cacimba de Dentro, Paulista, Lucena e Arara, respectivamente. O projeto ainda dispõe que o atual cargo de Promotor de Justiça, de 1ª entrância, símbolo MP-1, de Queimadas, seja elevado para o símbolo MP-2.

Na justificativa para o projeto, Janete explicou que “recentes leis elevaram comarcas e criaram cargos de juizes, o que demanda a necessidade também, de se contar, nessas comarcas e varas, com a presença de um Promotor de Justiça” e “há o reclamo da sociedade, que necessita da presença do Promotor de Justiça, atuando em cada comarca onde sua presença se faz mister”.

O segundo Projeto de Lei apresentado à AL disciplina a absorção da gratificação por serviço peculiar a vencimento básico, cria gratificação de atividade especial ministerial e cargos no quadro de servidores do MP. O projeto extingue a gratificação absorvida pelo vencimento básico e altera o vencimento inicial dos cargos efetivos.

O projeto de lei também cria os seguintes cargos de provimento efetivo no quadro de servidores: oito cargos de Técnico de Promotoria, símbolo MP-SAAF-101, seis cargos de Oficial de Promotoria I, símbolo MP-SAAF-104 e seis cargos de Auxiliar Técnico de Promotoria para assuntos de taquigrafia, símbolo MP-SAAF-102.

Serão também criados os seguintes cargos de provimento em comissão um cargo de Diretor de Tecnologia da Informação, símbolo MP-DNAI-106, um cargo de Chefe de Departamento de Desenvolvimento de Sistema, símbolo MP-NEAD-

419 e um cargo de Chefe de Departamento de Suporte Técnico e de Rede, símbolo MP-NEAD-413.